LINHA DIRETA



#35 | Ano XXVII | Setembro de 2020

ANFIP mantém posicionamento em defesa dos associados



O Conselho Executivo da ANFIP reuniu-se na quarta-feira (23/9) para analisar as decisões referentes à reunião conjunta realizada na terça-feira (22/9) entre as entidades que representam os Auditores Fiscais e Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil e os Auditores Fiscais do Trabalho quanto às ações jurídicas e políticas a serem tomadas diante da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6562, apresentada pelo Procurador Geral da República, Augusto Aras, ao Supremo Tribunal Federal (STF), contestando a constitucionalidade do pagamento do Bônus de Eficiência e Produtividade a essas carreiras.

Live-Série ANFIP debate o futuro da Seguridade Social Página 2 Ao longo da campanha salarial que alterou a forma de remuneração, a ANFIP foi enfática em defender a incorporação do Bônus ao vencimento básico, com a manutenção do subsídio, garantindo a paridade e a integralidade. Em 2016, os associados aprovaram este indicativo em Assembleia Geral e, amparados por um anseio coletivo, a Entidade continuará lutando por uma remuneração compatível com a carreira.

O PGR alega na ADI que o Bônus não pode ser pago às carreiras por ser incompatível com a forma de pagamento por subsídio. Porém, com a edição da Medida Provisória 765/2016, convertida na Lei 13.464/2017, os

Especialistas analisam a Reforma Administrativa Página 3 Auditores Fiscais deixaram de receber por subsídio, passando a receber por vencimento básico. Caberá ao STF analisar a materialidade do conteúdo apresentado na Ação e a ANFIP aguardará o entendimento da Suprema Corte sobre o assunto.

Desta forma, a ANFIP se abstém de ingressar como *amicus curiae* na ADI 6562, assim como buscará politicamente, no momento oportuno, a volta do subsídio e o respeito aos institutos da integralidade e da paridade. É com esta decisão que a Associação reafirma seu compromisso com os anseios dos seus associados e permanecerá lutando pelo direito de todos.

Minissérie Nosso Estado começa dia 1º de outubro Página 7

Comissão Organizadora faz ajustes finais em Concurso de Contos, Histórias e Poesias da ANFIP



Associado, você gosta de expressar seus pensamentos e sentimentos por meio da escrita? Sentiu que neste período de isolamento social várias reflexões surgiram em sua mente? Então está chegando a oportunidade de

você expressar todo seu potencial artístico. A ANFIP lançará em breve o Concurso de Contos, Histórias e Poesias para que todos possam revelar os seus dons e ainda concorrer a prêmios.

A Comissão Organizadora reuniu-se na terçafeira (21/9) para ajustar os últimos detalhes antes do lançamento oficial do concurso. Participaram do encontro, na modalidade virtual, os vice-presidentes Albenize Gatto Cerqueira (Cultura Profissional e Relações Interassociativas), Benedito Cerqueira Seba (Comunicação Social), João Alves Moreira (Administração, Patrimônio, Cadastro e Tecnologia da Informação), Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (Relações Públicas) e Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões).

Prepare seu computador que logo mais as inscrições estarão abertas. Além de dar espaço para os associados manifestarem seus talentos, a ANFIP quer promover e valorizar a cultura literária e resgatar a arte do raciocínio poético e dos sentimentos lúdicos.

Live - Série ANFIP vai discutir "O Futuro da Seguridade Social"



Na próxima quarta-feira (30/9), às 10 horas, será realizada mais uma edição da Live -Série ANFIP, que vai abordar o tema "O Futuro da Seguridade Social", com transmissão ao vivo pelas redes sociais da Associação – Facebook (@anfipnacional) e Youtube (TV ANFIP).

O presidente Décio Bruno Lopes e o vice-presidente Executivo Márcio Humberto Gheller vão receber os convidados do debate, que são: Adriane Bramante, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP); Álvaro Sólon, expresidente da ANFIP; e o assessor Econômico Flávio Tonelli.

Além dos temas que envolvem o maior sistema de proteção social da América Latina, na ocasião, será lançada a 20ª edição do livro Análise da Seguridade Social em 2019, publicação de autoria da ANFIP e da Fundação ANFIP, que é um profundo estudo da Seguridade Social brasileira.

Assista nos canais:

- Facebook ANFIP <u>www.facebook.com/anfip.nacional</u>
- Youtube ANFIP www.youtube.com/user/Anfipoficial
- Facebook Agência Servidores <u>www.facebook.com/agenciaservidores</u>
- Youtube Agência Servidores <u>www.youtube.com/</u> <u>agenciaservidores</u>

Expediente Linha Direta

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais

da Receita Federal do Brasil. SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907 Telefone: (61) 3251 8100

Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETOR RESPONSÁVEL
Benedito Cerqueira Seba

EDITOR Ludmila Machad

REPORTAGEM Daiana Lima, Ludmila Machado e Thayná Cavalcante.

ESTAGIÁRIO Marina Rodrigues EDITORAÇÃO ELETRÔNICA Gilmar Vitalino e Allan Vitalin

Décio Bruno Lopes Eucélia Maria Agrizzi Mergár Crésio Pereira de Freitas José Arinaldo Gonçalves Ferreir Benedito Cerqueira Seba Cesar Roxo Machado





www.instagram.com/anfipnacional



www.facebook.com/anfip.nacional



www.twitter.com/anfipnacional



www.youtube.com/anfipoficial

Especialistas explicam impactos e tramitação da Reforma Administrativa

Para esclarecer o que muda para os servidores públicos com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, da Reforma Administrativa, a ANFIP e a Fundação ANFIP realizaram, na quintafeira (24/9), um debate on-line com o professor da Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e advogado Juarez Freitas e com o cientista político Jorge Ramos Mizael, sócio da Consultoria Metapolítica.

Margarida Lopes de Araújo, presidente da Fundação ANFIP, explicou os objetivos do debate virtual: "neste momento de Reforma Administrativa, que tanto angustia os servidores, nós não poderíamos deixar de fazer esta reunião, até mesmo para esclarecer os nossos associados sobre como vai ser essa reforma e no que ela vai impactar os atuais servidores e os que virão.

Vilson Antonio Romero, assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, que fez a mediação, ressaltou que o evento on-line visou detalhar os diversos aspectos envolvendo a PEC 32/2020, entregue pelo governo federal ao Congresso Nacional, em 3 de setembro. "Vamos saber quais as mudanças que ocorrerão na relação entre servidores e administração pública e quais os passos da tramitação da PEC no Congresso".

Impactos - Segundo o professor Juarez Freitas, uma reforma administrativa deveria ser feita buscando zonas de convergência e no sentido de modernizar a gestão pública do país. "Eu considero fundamental procurar no Brasil a modernização da gestão pública. A digitalização [no serviço público] deveria ser um consenso. A digitalização includente, com avaliação continuada das políticas públicas pelos usuários, por meio de aplicativos". Ele lembra que a pandemia mostrou, com evidência, que não dá mais para ter uma gestão pública analógica, baseada em papel, que é preciso partir para uma digitalização includente, com teletrabalho regulado.

Outro ponto apontado pelo palestrante é a valorização do funcionalismo brasileiro. "O servidor público não vai melhorar se for tratado como inimigo, com avaliação de desempenho sob ameaça. Nada disso funciona, isso contraria as chamadas ciências comportamentais. Ninguém



produz bem, sobretudo na era digital, que é a era da criatividade, com base nisso", ressaltou o professor.

No texto da PEC 32/2020, Juarez Freitas apontou alguns problemas, que trazem grande preocupação: "a alteração do artigo 84 da Constituição Federal afetará muito o servidor público brasileiro. As pessoas jurídicas de direito público são criadas por lei específica. Portanto, só poderão ser extintas por lei específica. Aí vem a PEC e diz que um decreto, ato privativo do presidente da República, pode extinguir, não só alterar, não só fundir, extinguir pessoas jurídicas de direito público por decreto. Gera insegurança jurídica", explicou, dando como exemplo que, por essa lógica, um futuro presidente da República poderia, inclusive, extinguir um órgão como o Banco Central ou Ibama por meio de decreto.

Juarez Freitas sugeriu que os servidores públicos apresentem propostas e busquem o diálogo. "Não é bom ficar numa postura reativa, é preciso apresentar propostas. Vamos propor o que nós consideramos aceitável. Nós temos que assumir o protagonismo, não ficar só na reatividade, numa postura de aguardar o que vai acontecer", afirmou.

Tramitação - O cientista político Jorge Ramos Mizael apresentou um panorama dos passos regimentais da PEC e da conjuntura política no Congresso Nacional, expondo também as principais mudanças que virão com a aprovação do projeto, entre as quais se destacam o fim do Regime Jurídico Único (RJU) e do instituto da estabilidade.

Para o especialista, sempre que uma proposta impactante como esta é apresentada, ocorre uma avaliação eufórica das autoridades que esperam que haja uma tramitação rápida, mas há outras matérias que estão na frente para a votação e podem dificultar a tramitação da reforma, como a PEC da Regra de Ouro e a Reforma Tributária. Jorge Mizael afirma que, a menos que o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), interfira diretamente, a Reforma Administrativa não terá espaço para tramitação em 2020.

Porém, Jorge Mizael destaca que a política em sua natureza não segue essencialmente uma lógica matemática e estatística, portanto, não é o momento correto para a sociedade se desmobilizar. "É importante que os movimentos sindicais e associativos de forma geral também se imponham como protagonistas em sugestões e solicitações", frisou.

Ainda no debate, Vilson Romero informou que o grupo parlamentar do Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), com a assessoria da Metapolítica, estabelecerá os principais pontos que serão objetos de emenda. "É necessário pensar como podemos atuar nesta proposta para que, em vez de cargos típicos de Estado, possamos manter o conjunto dos servidores que exercem atividades exclusivas de Estado, além de como defender e mitigar uma eventual cizânia política no seio das carreiras típicas", ressaltou.

Todos os pontos analisados pelos especialistas no debate podem ser revistos na live completa. Acesse <u>AQUI</u>.

ANFIP atua em defesa da autonomia do Fisco



A ANFIP participou, na segunda-feira (21/9), de mais uma reunião do Grupo de Trabalho (GT) pela Autonomia da Administração Tributária, desta vez representada pelo assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero. O GT avaliou a atual conjuntura política nacional e os avanços na tramitação das Reformas Tributária e Administrativa, contando também com a colaboração de importantes entidades do Fisco.

Após diversas manifestações das lideranças, os membros decidiram por intensificar o acompanhamento dos trabalhos na

Câmara dos Deputados e no Senado Federal, tendo como foco a atuação da Comissão Mista da Reforma Tributária. Presidida pelo senador Roberto Rocha (PSDB-MA), com relatoria do deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), a Comissão já retomou o ritmo das audiências públicas de forma remota, debatendo a matéria com economistas e especialistas da área.

Vilson Romero se mostrou preocupado com a inserção da emenda que garante organicidade à estrutura das administrações tributárias em todos os entes federados. O assessor buscou não desviar as discussões da pauta central da reunião, adiando o debate sobre o estabelecimento das atividades exclusivas de Estado – segunda etapa da Reforma Administrativa -, para caso seja aprovada.

Também participaram da videoconferência a Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), a Associação Nacional dos Auditores-Fiscais de Tributos dos Municípios e Distrito Federal (Anafisco), a Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim), o Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita) e a Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite).

Entidades debatem Reforma Administrativa com senadora Kátia Abreu



O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, participou na quintafeira (24/9), da reunião promovida pela Metapolítica Consultoria Política e Assessoria Parlamentar com a senadora Kátia Abreu (PP/TO), para discutir a PEC 32/20 (Reforma Administrativa).

A parlamentar iniciou o encontro fazendo uma exposição sobre a conjuntura atual e destacou a necessidade de cautela. "Não podemos apressar o debate sobre a Reforma Administrativa, ela precisa ser

bem discutida para não parecer que está sendo feita de qualquer jeito", destacou.

No encontro virtual, também estiveram presentes lideranças de diversas entidades e associações que representam os servidores públicos, que na oportunidade questionaram o posicionamento da senadora sobre alguns pontos da PEC, como o fim da estabilidade e as novas formas de vínculo.

Sobre a estabilidade, a parlamentar considera que o comum entre a

estabilidade e o contrato por tempo indeterminado é a avaliação de desempenho, porém, a avaliação não deve ser feita pela própria chefia, pois gera insegurança jurídica nos servidores. Kátia Abreu defende que os servidores precisam de preparo e investimento para que o serviço público seja cada vez melhor.

A senadora também destacou a importância de incluir todos os setores do serviço público na reforma. "Ou entram todos ou não entra ninguém, precisamos combater desigualdades", completou.

O presidente do Fórum das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, chamou atenção para o fato de que a Reforma Administrativa não vai tirar o Brasil da situação financeira em que se encontra. "Nós teríamos que fazer antes uma Reforma Tributária e, mais que isso, precisamos de um projeto de nação, senão o país vai continuar se afundando cada vez mais", afirmou.

A ANFIP é a favor do aperfeiçoamento do serviço público, com reformas que tragam melhorias na gestão das políticas públicas e dos recursos destinados ao atendimento à população, e que valorizem a relação entre Estado e servidores.

ANFIP defende Administração Tributária em evento virtual

O assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, participou na segunda-feira (21/9) do programa RS em Pauta, transmitido pela RS Rádio nas redes sociais do Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Tributária do Estado do RS (Sindifisco/RS), sobre o Dia Estadual do Auditor Fiscal e a importância da Administração Tributária e dos tributos para a sociedade.

Além da ANFIP, participaram do debate, o presidente do Sindifisco/RS, Altemir Feltrin da Silva, e da Associação do Fisco Municipal de Porto Alegre (Aiamu), Johnny Bertoletti Racic.

O atual sistema tributário foi criticado pelos debatedores, assim como as propostas de reforma que tramitam no Congresso Nacional (PL 3887/20 e PECs 45/19 e 110/19) que, segundo apresentado, não conferem justiça fiscal nem contribuem para o fim da desigualdade.

Para Vilson Romero, no Brasil, em que a tributação sobre o consumo é preponderante, quem tem mais recursos paga a mesma carga tributária de quem tem menos. "O rico e o pobre pagam a mesma carga tributária na padaria ou na loja de roupas. Já quando se trata de patrimônio e renda, o pobre não tem, e o rico é tributado muito pouco ou isento", criticou. E tem mais, acrescentou Romero, "as pessoas de baixa renda estão pegando seu auxílio emergencial e usando para o consumo, ou seja, deixando parcela expressiva dessa ajuda para tributos".



Vilson Romero considera fundamental seguir na articulação conjunta pela autonomia da administração tributária, a fim de mantê-la protegida do livre arbítrio dos governantes. O assessor lamentou a redução do número de Auditores Fiscais, que caiu de 12.700, em 2010, para 8.400, em 2020. "Isso é preocupante. Cada vez mais se precariza o combate à sonegação. Temos menos servidores dedicados a buscar recursos para o Estado executar bem a sua tarefa", disse. Ainda assim, a Receita Federal, especialmente neste período de pandemia, não parou. Ao mesmo tempo, o órgão tem sido protagonista no combate à corrupção, ao lado do Ministério Público e da Polícia Federal.

Confira o debate na integra AQUI.

ANFIP integra rede de proteção da Previdência pública

Diversas entidades de servidores públicos se uniram na terça-feira (22/9) para o lançamento da Rede em Defesa da Previdência Pública, uma iniciativa da União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública. O assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, participou da reunião virtual e integra, pela ANFIP, os trabalhos do grupo.

"É bom que estejamos aqui neste ano eleitoral em que se decidirá os destinos das governanças dos municípios. A partir de agora, após a Emenda Constitucional 103/19 [Reforma da Previdência], municípios que apresentarem deficit atuarial poderão extinguir seus Regimes Próprios de Previdência. 326 municípios do Rio Grande do Sul apresentam problemas no equilíbrio atuarial nos RPPS. Todos os servidores podem ficar sem a cobertura de um regime geral", alertou Romero, ao pedir união do grupo nesta rede que se inicia.



O assessor destacou ainda que a Reforma da Previdência, somada à Administrativa, sobrecarrega o sistema público, que está sendo precarizado a todo momento. "Vemos que o Estado mínimo está imperando cada vez mais", afirmou. As reformas ainda trazem outro prejuízo ao sinalizar para a desoneração da folha de pagamento,

que repercutirá nas dificuldades do Regime Geral de Previdência.

"Que essa rede se espalhe em todo Brasil. Somente com esse trabalho solidário e essa luta que poderemos dar um pouco mais de dignidade ao aposentado do serviço público e da iniciativa privada", destacou.

Confira AQUI o lançamento na íntegra.

ANFIP debate impactos da reforma previdenciária em live da Cobap



A Reforma da Previdência e os impactos para os trabalhadores, aposentados e pensionistas foi tema da live da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), realizada na terça-feira (22/9), com participação especial da ANFIP, representada pelo assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

No debate virtual, que teve transmissão ao vivo pelo instagram da Cobap, Romero falou sobre a importância da Previdência pública e da manutenção dessa proteção social. "A Previdência nunca deixou de ser uma preocupação de todos os brasileiros, tanto daqueles que irão se aposentar quanto dos

que já estão aposentados", disse. E ressaltou o impacto dos benefícios para a população do país: "35 milhões de brasileiros recebem benefício do INSS. E esses, temos que lembrar, mantêm o sustento da família, pagam os consignados. Temos que dar maior atenção à Previdência pública".

Sobre a digitalização dos serviços do INSS, Vilson Romero vê a modernização do sistema com preocupação. "O Brasil não é um país que tem a inclusão digital contemplada ainda. 40% da população não têm internet ou equipamento digital em casa". Já sobre as contas da Previdência, Vilson Romero criticou as mudanças ocorridas nos últimos governos, que precarizam as relações de trabalho e reduzem a arrecadação. "As desonerações, as novas formas de contratação com a reforma trabalhista e o desemprego reduzem as contribuições. Se não temos contribuintes, cada vez mais teremos dificuldades para bancar as aposentadorias", alertou.

Ele aproveitou para informar que a nova edição da Análise da Seguridade Social, publicada pela ANFIP anualmente, será divulgada nas próximas semanas. Esta já é a 20ª edição do livro, que constitui uma referência no estudo detalhado do sistema de Seguridade Social brasileiro.

Assista a entrevista completa AQUI.

ANFIP prossegue planejamento de ações para adequação de dados à LGPD



AANFIP fez, na quinta-feira (24/9), mais uma rodada de estudos para adequar o tratamento de dados pessoais de seus associados à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Participaram da reunião a vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, a presidente da Fundação ANFIP, Margarida Lopes de Araújo, e funcionários das áreas jurídica e de administração, patrimônio, cadastro e tecnologia da informação.

A LGPD (Lei 13.709/2020) entrou em vigor no último dia 18 de setembro trazendo várias novidades para a proteção de dados de todo cidadão. Para isso, todas as entidades detentoras de informações pessoais devem adequar seus procedimentos a fim de proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade dos titulares.

A ANFIP já vem se atualizando a fim de estar em dia com as bases legais e manter as atividades de processamento em nível adequado de conformidade. A Entidade está reforçando as políticas de segurança e o atual sistema de banco de dados.

Mosap mobiliza entidades em defesa do serviço público

Em reunião virtual realizada na terçafeira (22/9), as lideranças integrantes do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Instituto Mosap) discutiram a atuação conjunta em defesa do serviço público e avaliaram as consequências das medidas governamentais que estão sendo tomadas atualmente, como a PEC 32/20 (Reforma Administrativa).

Pela ANFIP, estiveram presentes os vice-presidentes José Avelino da Silva Neto

(Assuntos Parlamentares) e Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões), o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, e o presidente da Estadual de São Paulo, Genesio Denardi.

Ao comentar a pauta, Vilson Romero afirmou que os servidores públicos não são privilegiados, pois fazem jus a ter a condição atual por meio do trabalho e pela contribuição ao longo dos anos. O assessor também destacou a importância de contatar os parlamentares. "Quem decide o futuro

do servidor com a Reforma Administrativa são eles, portanto também devem receber nossa mensagem", enfatizou.

Durante o encontro, José Avelino afirmou que a PEC tem um avanço muito profundo em relação aos servidores, portanto, é necessário que, dentro do possível, cada associação, em seu estado, faça o trabalho de divulgação das ações em defesa dos servidores.

A próxima reunião do Instituto está prevista para o dia 27 de outubro.

Nosso Estado: Primeiro episódio da minissérie debate o papel do Estado brasileiro

Estreia na próxima quinta-feira (1/10), às 10h, a minissérie Nosso Estado, realizada pela Agência Servidores em parceria com a ANFIP e outras entidades de classe. Neste primeiro episódio os convidados trazem respostas para a pergunta: Qual é o Estado necessário?

Participam da live como painelistas Paulo Gadelha, ex-presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); Renato Sérgio de Lima, presidente do Fórum de Segurança Pública; Mário Sérgio Telles, gerente de Políticas Fiscal e Tributária da Confederação Nacional da Indústria (CNI); e Jadir José Pela, presidente da Confederação das Instituições Federais da Educação (Conif). O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, também estará no debate.

A série conta com a realização de 8 painéis ao vivo, que abordarão temas a respeito do Estado que a população quer, e que é necessário para suprir as demandas sociais e econômicas do país.

Acompanhe a agenda das transmissões ao vivo, entrevistas diárias e opiniões em www.nossoestado.com.br.



Comissão dá continuidade à atualização do Regulamento Eleitoral

A Comissão Conjunta do Regulamento Eleitoral se reuniu novamente, na quinta-feira (24/9), para formular e discutir propostas de alterações no documento que rege os processos eleitorais da Entidade.

A redação final será aprovada em reunião conjunta dos Conselhos Executivo, de Representantes e Fiscal, a ser realizada em dezembro deste ano.

Participaram do encontro virtual os membros da Comissão e os vice-presidentes Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões), Benedito Cerqueira Seba (Comunicação) e Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Assuntos Fiscais).



Comissão discute nova redação do Estatuto da ANFIP

A Comissão da Reforma Estatutária da ANFIP reuniuse na sexta-feira (25/9) para dar continuidade ao trabalho de atualização e adequação do Estatuto da Entidade. O caderno final com as novas propostas será apresentado na XXVIII Convenção Nacional, prevista para acontecer no segundo semestre de 2021.

Estiveram presentes na reunião virtual os vicepresidentes Benedito Cerqueira Seba (Comunicação), Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões) e Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Assuntos Fiscais), e a associada Misma Rosa Suhett (ES).

BENEFÍCIOS

Associado, aproveite os descontos do seu Clube de Vantagens!

Pensando em nossos associados, o Clube de Vantagens da ANFIP disponibiliza descontos imperdíveis em diversos segmentos como viagens, hospedagens, educação, veículos, gastronomia, saúde, entre outros.

A Markt Club, administradora da plataforma de benefícios ANFIP Tem +Vantagens, divulgou recentemente o relatório

dos produtos mais acessados da plataforma, entre eles estão itens eletrônicos, crédito consignado e restaurantes regionais. Confira o relatório <u>AQUI</u>.

Se ainda não ativou seu cadastro, aproveite a oportunidade e acesse já a plataforma: www.anfip.temvantagens.com.br.